

Exma. Senhora Presidente

da Comissão Parlamentar de Saúde

Deputada Maria Antónia Almeida
Santos

S. Bento, 9 de outubro de 2020

Assunto: Audição, com carácter de urgência, do Conselho de Administração dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) sobre a redução de capacidade da caixa de correio eletrónica de profissionais dos cuidados de saúde primários e sobre os problemas relacionados com as centrais telefónicas nos centros de saúde

Os profissionais dos cuidados de saúde primários foram subitamente confrontados com uma redução muito significativa da capacidade de armazenamento dos seus correios eletrónicos. De um dia para o outro, essa capacidade passou de 50 para 2Gb, isto numa altura em que médicos e outros profissionais dos cuidados de saúde primários mais utilizam este e outros meios para contactar com os utentes e trocar informação.

Esta redução já não faria qualquer sentido numa altura 'normal', mas agora, e perante o contexto da atual pandemia de Covid-19, dificultar o trabalho aos profissionais de saúde é simplesmente inaceitável.

De facto, e segundo informações que são públicas, há médicos e outros profissionais que, não esperando esta redução da sua caixa de email,

podem ter perdido informação armazenada ou ficaram imediatamente com a caixa de correio cheia, ficando impossibilitados de receber novas mensagens; o mesmo é dizer, ficaram impossibilitados de contactar, nestes termos, com os seus utentes e com outros profissionais.

Os SPMS dizem que tal mudança se deve a um novo contrato estabelecido com a Microsoft, que uma parte desta capacidade transitou para uma caixa de arquivo online e que tem sido dada formação sobre esta modificação. No entanto, os profissionais dizem que não foram avisados e recusam informação.

As explicações dos SPMS não convencem e não são condizentes com o relato dos profissionais. Em primeiro lugar, se não tivesse existido nenhuma perda de capacidade de armazenamento, mas apenas uma transferência para um arquivo virtual, não haveria queixas várias de profissionais de saúde, nem desmarcações de consultas por perda de informação resultado do não recebimento de emails; em segundo lugar, a existência de formação é categoricamente desmentida por profissionais. Por último, se há um novo contrato, as suas condições devem ser públicas e conhecidas, assim como as necessidades que justificam tal contrato. Esse conhecimento e transparência não existe.

Acresce que é preciso esclarecer outras informações que têm chegado ao Bloco de Esquerda, nomeadamente o facto de se estar a tentar imputar nas ARS o custo da aquisição da capacidade de armazenamento adicional; as ARS que já têm os orçamentos para 2020 fechados (em alguns casos quase esgotados).

Esta é a pior altura possível para se fazer qualquer alteração deste tipo e só prejudica e dificulta ainda mais o trabalho dos profissionais de saúde no terreno.

Não é, no entanto, a única matéria em que os cuidados de saúde primários e os seus profissionais vêm a sua atividade prejudicada por incapacidade tecnológica. Por exemplo, as centrais telefónicas dos centros de saúde são, na sua maioria, obsoletas, e não conseguem dar

resposta à procura dos utentes. E a situação permanece quando já deveriam ter sido aplicadas medidas de melhoria, principalmente quando o atendimento remoto se tornou muito mais importante. Estamos a falar, por exemplo, das centrais móveis digitais e da distribuição de telemóveis pelas várias unidades dos cuidados de saúde primários, coisa que os SPMS poderiam - e deveriam - já ter feito, mas não fizeram.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer

- a audição, com carácter de urgência, a audição do Conselho de Administração dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) sobre a redução de capacidade da caixa de correio eletrónica de profissionais dos cuidados de saúde primários e sobre os problemas relacionados com as centrais telefónicas nos centros de saúde;

- requer ainda que seja entregue à Comissão de Saúde o contrato estabelecido entre os SPMS e a Microsoft sobre esta matéria.

O Deputado do Bloco de Esquerda,

Moisés Ferreira